

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE GRAMÁTICA E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Ricardo Aparecido da Paixão¹
<https://orcid.org/0000-0002-6368-2091>

Anailton de Souza Gama²
<https://orcid.org/0000-0002-2197-4379>

RESUMO: A contemporaneidade traz consigo uma crise no ensino de Língua Portuguesa, tendo em vista que o que se ensina hoje, não condiz com a realidade linguística e nem surte os efeitos esperados no ensino. Prova disso é que o educando passa doze ou mais anos na educação básica e quando tem que ler e escrever por ocasião dos processos de ingresso no curso superior, não consegue articular um texto coeso e coerente. Sabe-se que alguma coisa precisa ser feita para mudar a forma de como ensinamos a Língua Portuguesa; ao mesmo tempo, o ensino de Língua Portuguesa confunde-se com o ensino de Gramática e, o que é pior, com a Gramática Normativa. É preciso que o profissional da educação, em especial o professor de língua portuguesa saiba diferenciar o ensino de Língua Portuguesa com o ensino de Gramática. Este artigo propõe refletir sobre essas questões e apontar possíveis caminhos para resolver ou amenizar um problema tão complexo. Para tanto, optamos por um percurso metodológico em que abordamos sobre o ensino de língua portuguesa e a crise do idioma; as concepções de linguagem, gramática e língua; as causas da crise e, por fim, apresentamos algumas propostas metodológicas.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Portuguesa, ensino, escola.

¹ Mestre em Educação - Linha de Pesquisa - Educação, Cultura e Sociedade (UFMS). Atua como professor de Língua Portuguesa na rede municipal de Nova Andradina – MS. Bolsista – (CAPES) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. ricardoappaixao1979@gmail.com

² Doutor em Letras: Atua como professor das disciplinas de Linguística, Latim e Língua Portuguesa na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, além de desenvolver atividades docentes na ANAEC - ASSOCIAÇÃO NOVANDRADINENSE DE EDUCAÇÃO atuando no Curso de Pedagogia, na área de Língua Portuguesa. anailtongama@yahoo.com.br

SOME REFLECTIONS ON TEACHING GRAMMAR AND TEACHING THE PORTUGUESE LANGUAGE

ABSTRACT: Contemporaneousness brings with it a crisis in the teaching of Portuguese Language, considering that what is taught today, it does not match the linguistic reality and it does not have the expected effects in teaching. Proof of this is the learner spends twelve or more years in basic education and when he has to read and write during the processes of entry into higher education, he does not get articulate a cohesive and coherent text. It is known that something needs to be done to change the form how to teach the Portuguese language; at the same time, Portuguese language teaching is confused with Grammar teaching and, what is worse, with Normative Grammar. It is necessary that the professional of the education, in especially the teacher of Portuguese language knows how to differentiate the teaching of Portuguese Language with the teaching of Grammar. This article proposes to reflect on these issues and to point out possible ways to solve or soften a problem so complex. To do so, we have chosen a methodological course in which we approach the teaching of Portuguese and the crisis of the language; the conceptions of language, grammar and language; the causes of the crisis and, finally, we present some methodological proposals.

KEYWORDS: Portuguese Language, teaching, school.

ALGUNAS REFLEXIONES SOBRE EL GRAMÁTICO DE ENSEÑANZA Y LA ENSEÑANZA DEL LENGUAJE PORTUGUÉS

RESUMEN: La contemporánea trae consigo una crisis en la enseñanza del idioma portugués, teniendo en cuenta que lo que se enseña hoy en día, no refleja la realidad lingüística y no asuste a los efectos previstos en la educación. La prueba de ello es que el educando pasa doce o más años en la educación básica y cuando tiene que leer y escribir con ocasión de los procesos de ingreso en el curso superior, no consigue articular un texto cohesivo y coherente. Se sabe que hay que hacer algo para cambiar la forma de enseñar la lengua portuguesa; mientras que la enseñanza de Lengua Portuguesa se confunde con la enseñanza de la gramática y, lo que es peor, la gramática normativa. Necesitamos la educación profesional,

en particular una profesora de portugués sabe diferenciar la enseñanza del portugués a la enseñanza de gramática. Este artículo propone reflexionar sobre estas cuestiones y señalar posibles caminos para resolver o amenizar un problema tan complejo. Por lo tanto, optamos por un enfoque metodológico que se acercan a la enseñanza del idioma portugués y el lenguaje de la crisis; las concepciones de lenguaje, gramática y lengua; las causas de la crisis y, por último, presentamos algunas propuestas metodológicas.

PALABRAS CLAVE: Lengua Portuguesa, educación, escuela.

Introdução

Este artigo foi desenvolvido com o intuito de discutir algumas questões sobre o ensino de gramática e língua portuguesa no Ensino Básico.

É comum ouvirmos expressões como “Não entendo a gramática” e, ao ouvir isso, percebemos uma sentença gramaticalmente perfeita. Isto quer dizer que, os que assim se expressam, conhecem a gramática da língua, mas não se identificam com a gramática escolar, aquela que internalizaram quando pequenos. As gramáticas escolares estão dissociadas dessa outra gramática natural, internalizada. Para que o ensino gramatical se torne eficiente é necessário levar o estudante a refletir sobre a sua fala e escrita, como ponto de partida, formular perguntas sobre as características do idioma de forma sistematizada, assistindo ao estudante na busca de respostas. Com o tempo, o estudante será levado a se apropriar de escritas mais elaboradas, o que é obrigação da escola. Ele precisará desse conhecimento para ir do seu mundo familiar para um maior, o da sociedade. Mas não pode começar desse ponto em seu percurso escolar. O engano nas aulas de língua portuguesa é colocar o ponto de chegada como ponto de partida: achar que o ensino tem a ver com o que está codificado e encerrado na gramática, a partir do que devemos fazer exercícios, significa afastar o estudante da reflexão. Porém, é com aquele mundo linguístico primeiro que ele está sendo envolvido que devemos começar a prática escolar. É necessário inverter o jogo. Se puser o estudante a indagar de forma sistemática, a aula não se limitará à exposição professoral, será uma busca científica do estudante, no nível dele, é claro. O estudante deve ser estimulado a buscar respostas às suas perguntas em lugar de receber as respostas às perguntas que ele não fez. Isso exige do professor um forte conhecimento linguístico, pois há um programa pela frente durante o ano letivo e ele deve

ter noção do rumo que toma. As pessoas acham o português chato porque lhes foram dadas respostas às perguntas que não fizeram.

Conceber a gramática como descritiva é possibilitar às pessoas verem que a gramática é muito mais do que regras. Quando se diz que algo “é certo”, o que se fez foi uma escolha. O descritivo é o ato de coletar dados de uma variedade, descrever os diferentes sistemas gramaticais, anotar o que os dados nos ensinam sobre como as palavras foram construídas, como estão organizadas numa sentença e como a sentença está articulada num raciocínio. Uma gramática descritiva é um retrato, a partir do qual procura-se as flutuações para uma mesma estrutura e verificam-se as situações sociais em que elas se aplicam. Uma gramática normativa recolhe o conjunto de variáveis e verifica qual a classe de maior prestígio social, considerando-a a melhor.

Na gramática normativa há uma decisão subjetiva; na descrição há um processo objetivo; na normativa nós perguntamos sobre o que fica melhor, mais adequado, bonito; na descritiva nós nos pautamos não no ideal, mas no real, no contexto de fala em que nos encontramos.

O objetivo da escola é formar o cidadão a falar de modo prestigioso, mas a aula pode virar um lugar de problematização, não de transferência de achados feitos pelos gramáticos e linguistas, que são peritos e profissionais; o Estado vai ter de preparar profissionais criativos não para repetir as lições do passado, porque a sociedade é outra e outros são os desafios também.

Diante de tal desafio, este artigo propõe refletir sobre essas questões e apontar possíveis caminhos para resolver ou amenizar um problema tão complexo. Para tanto, optamos por um percurso metodológico em que abordamos sobre o ensino de língua portuguesa e a crise do idioma; as concepções de linguagem, gramática e língua; as causas da crise e, por fim, apresentamos algumas propostas metodológicas.

O Ensino de Língua Portuguesa e a crise do idioma

Tanto como estudante ou como professor, temos consciência da crise que o ensino de língua portuguesa está passando, não conseguindo nem ao menos cumprir os seus objetivos básicos que são: desenvolver a competência comunicativa, o domínio da norma padrão e da variedade escrita da língua, o conhecimento da forma e da função da língua e também o pensamento e o raciocínio dos nossos alunos e, conseqüentemente, a desmotivação dos professores. Perante esta situação nos perguntamos: Por que tanto descaso com a língua que nos comunicamos? Qual a razão que levou a isto? Será que tem solução?

Concepções de Linguagem

Uma questão importante para o ensino de línguas é a maneira como o professor concebe a linguagem. Segundo Travaglia (2002), uma diferente concepção constrói não só uma nova metodologia, mas principalmente um novo conteúdo de ensino. Para Travaglia (2002), a primeira concepção vê a linguagem como expressão do pensamento, pressupondo assim que as pessoas não se expressam bem porque não pensam. Para esta concepção a expressão é construída na mente e sua exteriorização é apenas uma tradução organizada e segue certas regras do falar e escrever bem. Esta visão de linguagem não leva em consideração o contexto em que a enunciação acontece, considerando-a um ato individual.

A segunda concepção considera a linguagem como instrumento de comunicação e estuda a língua como código isolado de sua utilização afastando, desta forma, o indivíduo falante do processo de produção, apenas levando em conta o processo de codificação (o ato de transformar a mensagem em códigos) e a decodificação (após o receptor receber esses sinais codificados ele transforma de novo em mensagem).

Para a terceira concepção, a linguagem é uma forma ou processo de interação em que o indivíduo, além de traduzir e exteriorizar um pensamento ou transmitir informações, ele também realiza ações, age, atua sobre os interlocutores e etc., levando em consideração todo o contexto sócio histórico e ideológico.

Concepções de Gramática

Conforme Travaglia (2002), cada concepção de gramática resulta em práticas completamente distintas entre si, tais como as concepções de linguagem. Travaglia (2002) distingue os três tipos de gramática vigentes como: a) Gramática tradicional: Nesta primeira concepção a gramática é vista como um manual com regras de bom uso da língua a serem seguidas por todos que queiram falar e escrever corretamente. Este tipo de gramática; também conhecida como normativa; privilegia apenas a língua culta, tratando as outras variações como erros, desvios, deformações e etc. b) Gramática descritiva: É um conjunto de regras usadas pelos falantes e analisadas por “estudiosos” da língua, com base em determinada teoria ou método. Esta gramática faz uma descrição da estrutura e do funcionamento da língua. São representantes desta concepção as teorias estruturalistas, a gerativa-transformacionista entre

outras. As gramáticas do primeiro tipo preocupam-se mais com o *como* deve ser dito enquanto que as do segundo ocupam-se exclusivamente em *como se diz*. c) Gramática internalizada: Designa um conjunto de regras que o falante domina. Esta gramática viva ou natural, como denomina Luft (2000), constitui a competência linguística de cada falante. Sempre que alguém fala o faz segundo regras de uma certa gramática e a maior prova disto é que falam; e não se inventam regras para falar. Pelo conhecimento dessas regras pode se dizer que o falante sabe sua língua.

Para Bagno (2003), o que vemos em nosso sistema educacional é somente o ensino de gramática do primeiro tipo, em que o estudante é levado a estudar as regras das línguas para falarem e escreverem corretamente usando como modelo os escritores clássicos desprezando desta maneira a fala do estudante. Vejamos o que diz Sírio Possenti em *Gramática e Política* (1984, p. 36): “de degrau em degrau, excluindo a oralidade, a escrita não literária, a escrita literária moderna, o que tais gramáticas nos apresentam é, antes de mais nada, uma língua arcaica em muitos de seus aspectos”.

Segundo Bagno (2003/2005), Possenti (1999) e Bechara (1997), são nas gramáticas deste tipo que surgem os preconceitos linguísticos, por ela não aceitar outras variações da língua. Para Gnerre (1985, p.25):

A língua é o único lugar em que a discriminação é aceita. Em nenhum documento está dito que não se tem o direito de discriminar alguém por causa de seu sotaque ou de qualquer outra peculiaridade linguística, embora se condene claramente a discriminação quando baseada em fatores como religião, cor, ideário político e etc. Diria que não só não se trabalha em favor do fim da discriminação linguística, como pelo contrário, cada vez mais se valoriza a língua da escola, que é na verdade a língua do estado.

Ainda, de acordo com Gnerre (1985, p. 06), “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”. (p. 12). O que equivale dizer que os preconceitos relacionados à cor, sexo, religião e etc. são condenados (cabendo até um processo judicial), ao contrário dos preconceitos linguísticos que continuam cada vez mais presentes na nossa sociedade.

Segundo Bagno (2005, p. 28), “o português não padrão é vítima dos

mesmos preconceitos que pesam sobre as pessoas que o falam. Ele é considerado feio, deficiente, pobre, errado, rude, tosco, estropiado”. Deveria ficar claro que o português não padrão não é ‘pobre’ nem ‘errado’. Pobres são sim, aqueles que o falam, e errada é a situação de injustiça social em que vivem.

Possenti (1999, p. 65) complementa:

[...] mas por que a escola estigmatiza a variedade do aluno, afirmando, muitas vezes; que ele fala ‘errado’? Pela simples razão de que a escola, além de não ter subsídios linguísticos para entender esta questão faz uso da diferença da variedade para alargar o abismo existente entre as classes sociais: desprestigiar a língua de alguém significa desprestigiar a vida, a história e a cultura deste alguém.

Perini (1997), Suassuna (2003) e Bagno (2005) acreditam que a gramática descritiva, se usada no processo de ensino teria melhores resultados, pois só assim discutiria a organização da língua a partir de parâmetros linguísticos. Sendo a gramática um conjunto de regras que descrevem o funcionamento de uma determinada língua, todas as variedades têm uma gramática subjacente a elas, já que são passíveis de descrição. Sírio Possenti (1999, p.32) diz que mesmo assim devemos ter cuidado porque gramáticas deste tipo são políticas pelo menos em três sentidos:

a) Em primeiro lugar porque, embora se baseie na oralidade, a construção dos modelos e, na verdade, o corpus utilizado leva sempre, imperceptivelmente, talvez, para a consagração da variedade padrão como representante ideal das regras da língua; b) Em segundo lugar, tais gramáticas são políticas na construção e delimitação do objeto: conforme o que excluem ou incluem no objeto da teoria, efetuam um recorte dos fenômenos que imediatamente denunciam as ligações ideológicas da teoria gramatical como certas concepções de outros fenômenos sociais. Como o Estruturalismo americano ligado diretamente ao behaviorismo, e a Gramática-gerativa, que apela fortemente para o inatismo; c) pela exclusão que tais gramáticas promovem ao aspecto histórico das línguas, das razões sociais das mudanças. A doutrina da precedência da sincronia vem de par com uma concepção de língua como sistema independente de fatores extralingüísticos, excluindo totalmente o papel da história e das reais relações entre os falantes.

De acordo com Possenti (1984/1998), seria aconselhável, nas escolas, também o trabalho com a gramática internalizada, apesar de que, para isso, seria preciso políticas educacionais voltadas a esse propósito.

Concepções de Língua

Para se fazer um estudo em que o objeto de pesquisa seja a língua, é relevante que se tenha noção dos três conceitos que existem, pois a língua articula visões de mundo e a forma de ensiná-la vai determinar um tipo de leitura da realidade. Pode se dizer que há um conceito de língua compatível a cada conceito de gramática e também de linguagem, vistos anteriormente. Vista a língua de uma certa forma ver-se-á a natureza e a função da gramática de uma forma compatível.

O primeiro conceito de língua, chamado de língua padrão ou norma culta, é a que aceita apenas uma das variedades linguísticas, a utilizada por pessoas cultas. Com isso, qualquer outro tipo de variação é considerado erro, desvio ou como não pertencentes à língua. O segundo conceito de língua, ligada à gramática do segundo tipo, é vista como um conjunto de signos que se combinam seguindo determinadas regras. Esse código deve ser dominado pelos falantes para que a comunicação possa ser efetivada. Partindo do pressuposto que os falantes não falam uma língua uniforme e não falam sempre da mesma maneira, a terceira concepção vê a língua como um conjunto de variedades utilizadas por uma determinada comunidade.

Segundo Bagno (2005, p. 25), “todas as variedades têm recursos linguísticos suficientes para desempenhar sua função de veículo de comunicação, de expressão e de interação entre seres humanos”. Sendo assim, a escola ‘peca’ em adotar apenas a primeira concepção de língua sem saber que até a língua padrão é uma das variedades possíveis no uso do português. Para Luft (2000, p 90), “o fato de ninguém usar tais formas não interessa aos tradicionalistas, preconceituoso e autoritário, condenam-se um brasileiro usado por toda a classe”.

Acreditamos que o ensino seria mais significativo se concebesse a língua como um saber interior dos falantes (Gramática Internalizada) do qual o ensino deveria partir e se basear. Concordamos novamente com Luft (2000) quando este diz que deveríamos educar para a liberdade, pois é através da língua materna que pensamos, analisamos o mundo, interagimos e nos relacionamos com o outro.

Causas da Crise

Conforme discutido anteriormente, temos consciência da crise que o ensino de língua portuguesa está passando, não conseguindo nem ao menos cumprir os seus objetivos básicos que são: desenvolver a competência comunicativa, o domínio da norma culta e da variedade escrita da língua, o conhecimento da forma e da função da língua e também o pensamento e o raciocínio.

O primeiro problema, e também um dos mais frequentes, relacionado ao ensino de língua portuguesa é o apego exagerado ao livro didático. Muitos professores baseiam suas aulas somente neles, talvez por medo de inovar ou por ou por não conhecer outro método. Sempre os mesmos textos fragmentados, os mesmos exercícios repetitivos, o mesmo vocabulário e as mesmas regras, impedindo que o aluno desenvolva uma visão mais clara da sociedade e ignorando a evolução e variação da língua, reproduzindo assim, um ensino gramaticalista. Vejamos o que diz Luft (2000, p. 98):

Sempre os mesmos conteúdos, e os exercícios que têm o objetivo de inculcar nos alunos; pelo método da repetição estruturas linguísticas consideradas ‘corretas’, produzindo assim uma aprendizagem mecânica, baseada na falsa concepção de que aprender a língua é aprender estruturas.

Quando o estudante não tem contato com diversos textos ele não desenvolve o domínio da expressão escrita, um dos objetivos do ensino da língua portuguesa. Luft (2000, p. 25) complementa:

Filólogos, gramáticos e linguistas é que devem se preocupar com a língua e não alunos de 1º e 2º grau. A este deve se dar oportunidades de crescerem linguisticamente, através de prática constante; em aulas que sejam prazer e descoberta, oportunidade de manifestação individual espontânea sem ser reprimido ou humilhado.

E mais adiante Luft esclarece que “um ensino gramaticalista abafa os talentos naturais, incute insegurança na linguagem, gera aversão ao estudo do idioma, medo à expressão livre e autêntica de si mesma”. [...]

Concordamos com Bagno (2005, p. 125) quando afirma que “perde-se tempo na infrutífera tentativa de ensinar um grande conjunto de inutilidades, cobrar dos alunos que saibam reconhecer e usar regras que não condizem mais com a realidade linguística do Brasil”. Tempo que poderia ser gasto com

coisas mais significativas.

Para Sírio Possenti (1999, p. 136), “o grande problema tem a ver com avaliação. A escola aprendeu a avaliar erros: de ortografia, de aritmética, álgebra, gramática e etc., mas não sabe ainda se estudantes expostos à leitura, teatro e música aprendem”.

O terceiro ponto é referente à língua. A escola não respeita as diversidades linguísticas de seus estudantes e impõe a língua padrão como a única correta. Tratam à língua como homogênea e unitária onde todos só estudam as mesmas regras, fórmulas e preceitos. Não que o papel da escola não seja ensinar também gramática, mas como diz Possenti (1996) ensinar língua é diferente de ensinar gramática. A língua é algo mais amplo que abrange todas as diversidades, que daria muito trabalho e levaria muito tempo.

Suassuna (1995, p.79) destaca que “[...] deve-se apresentar aos alunos a linguagem padrão como uma oportunidade a mais deles dominarem outra forma de falar, mas que isso não desprezasse sua língua familiar e social”. Bechara (1997) complementa esta ideia dizendo que o professor deve transformar seu aluno em um poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-o de escolher a sua língua funcional adequada a cada momento.

A quarta causa da crise no ensino de língua portuguesa que apontamos é referente a ela privilegiar apenas a escrita e a leitura; capacitar para passar em concursos e avaliações de grande escala ao invés de preparar para a vida. Um ensino desta maneira tem o objetivo de formar cidadãos úteis e operantes na sociedade em que mais tarde irão atuar. Não trabalham o ouvir e o falar, essas duas estâncias importantes no processo de ensino-aprendizagem que ajudaria na interação entre professor e estudante.

O último ponto trata da metodologia de alguns professores que, em pleno século XXI pensam que atrairão a atenção dos estudantes usando apenas o quadro, o giz e o livro didático. Esquecem de estarem se aperfeiçoando sempre. Quando o professor não está bem preparado ele recorre ao livro didático e suas aulas se tornam monótonas e sem novidades. Com isso, não proporcionam aos estudantes o contato com leituras e materiais diversos. Situação essa que Bechara (1997) critica muito, pois ao lado da educação linguística podem ser oferecidos ao estudante numerosos subsídios para aumentarem seu repertório e enriquecerem sua cultura.

Para Luft (2000, p.70)

É urgente que o professor de língua materna seja tecnicamente bem preparado, com sólida fundamentação linguística, para

termos um ensino mais eficiente, adequado à realidade do país, dos estudantes, da escola... falta-lhes em geral formação linguística mais séria; ou leu e não acreditou em novas teorias; ou acha mais cômodo restringir-se a currículos impostos e livros didáticos adotados, adaptar-se a opiniões generalizadas e estabelecidas. Melhor é não ter convicções próprias; melhor ainda não inovar. Sair da rotina da tradição é inquietante: para si, para os colegas, para as autoridades, para o sistema.

Diante de tudo, contemplamos um ensino que não atende as mínimas exigências na formação crítica e social do falante. Sabemos que é possível oferecer aos alunos um ensino de qualidade, desde que não nos acomodemos diante dos problemas acima citados.

Qual concepção predomina no ensino contemporâneo? Quais as consequências para o ensino de Língua Portuguesa ao adotar essa ou aquela concepção de linguagem, língua ou gramática? Qual concepção poderia ser a mais ideal? O que tem de político nessas concepções? Estas são questões que deveriam permear as nossas reflexões enquanto profissionais a fim de nortear nossas ações enquanto professores.

Propostas Metodológicas

Depois de tudo que já foi discutido, cabe expormos as propostas metodológicas que têm como base alguns teóricos da língua. O objetivo aqui não foi discriminar ou apenas criticar o sistema educacional tal qual se encontra, mas sim, sugerir melhoras na prática de ensino de língua portuguesa.

A primeira mudança que temos que fazer como professores, estudantes e falantes é exigir que se mude a designação de língua portuguesa por 'língua brasileira'. Esta ideia já foi defendida há muitas décadas pelo romancista José de Alencar, pois segundo ele a língua deveria se adequar à simplicidade de pensamento e expressão do índio e do sertanejo. Gnerre (2002, p. 97) também concorda com esta afirmativa quando diz: "assim como tempos atrás fizeram o português sair do latim, daria para brotar do português uma língua brasileira".

Bagno (2005, p.132) complementa:

[...] estudar o brasileiro é saber que a gramática tradicional já deu uma contribuição importante para a linguagem e que agora é hora de buscarmos construir nosso próprio conhecimento dando voz à língua falada e escrita aqui do Brasil, 92 vezes maior que Portugal, com uma população quase 17 vezes mais numerosa.

Outra sugestão é que o professor além de trabalhar a norma culta (exigida pelo sistema), também trabalhe outras variedades linguísticas: dialetos, gírias, estrangeirismos, neologismos e etc. mostrando desta forma, que a língua não é homogênea e que o falar de alguns alunos, idosos, nortistas e etc. não são erros, e sim, outra maneira de falar que deve ser tratada com o mesmo respeito.

Ao que Bagno (1995) reitera que:

Até mesmo a norma culta é uma das variedades possíveis no uso do português. [...] A norma culta dá a impressão de ser mais rica, mais complexa, mais versátil que todas as demais variedades da língua falada pelas pessoas do país por causa de um investimento feito nela por gramáticos, dicionaristas, a própria Academia de Letras e etc. Mas se este mesmo investimento fosse aplicado a qualquer uma das muitas variedades faladas no país, ela também se enriqueceria e se mostraria capaz de ser veículo para todo tipo de mensagem, de discurso, de textos científicos e literários.

Ao professor cabe a missão de desmistificar qualquer tipo de preconceito relacionado às variedades linguísticas, pois como afirma Bagno (2005), “o português não padrão não é ‘pobre’, ‘carente’ nem ‘errado’. Pobres e carentes são sim, aqueles que o falam, e errada é a situação de injustiça social em que vivem”.

Valorizar a forma do estudante falar é aceitar que ele participe, que ele se expresse e se comunique como qualquer pessoa. Segundo os PCNS de Língua Portuguesa (1998, p. 31-4):

No ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e escrita, o que se almeja não é levar os estudantes a falar certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de fala a utilizar, considerando as características e condições do contexto de produção, ou seja, é saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas; saber coordenar satisfatoriamente o que fala ou escreve e como fazê-lo; saber que modo de expressão é pertinente em função de sua intenção comunicativa – dado o contexto e os interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de erro, mas de adequação às circunstâncias de uso, de utilização adequada da linguagem [...] é nas práticas sociais, em situações linguisticamente significativas que se dá a expansão da capacidade de uso da linguagem e a construção ativa de novas capacidades que possibilitam o domínio cada vez maior de diferentes padrões de fala e de escrita.

Outra proposta para o ensino é levar em conta a gramática internalizada/natural que o estudante já possui. Com isso o professor pode aproveitar essa gramática do estudante sem necessidade de repetir o que ele já domina e também valorizá-la, pois essa fala é a gramática viva da língua que nenhum livro é capaz de reproduzir.

Sírio Possenti (1999, p 47) completa: “quem fala sabe a gramática, não aquela dos livros, mas uma internalizada que o torna capaz de dizer e entender frases” [...]. Haveria muitas vantagens tanto para os estudantes quanto para os professores, se usassem como método de ensino de língua portuguesa o mesmo usado por pais ou responsáveis no processo de aquisição da língua nas crianças. A aprendizagem ocorre de uma forma natural: elas ouvem, falam, se errarem repetem novamente sem reprovação nem humilhação. Não há nenhuma lista de exercícios repetitivos para que aprendam a falar.

Já que o sistema educacional impõe que se trabalhe com a norma culta, então que seja com base na fala das pessoas cultas de hoje. Concordamos com Bagno (2005) quando ele diz que a norma culta é aquela usada por pessoas cultas e merece ser estudada, descrita em detalhes e mais conhecida para tornar, se for o caso, a base para o estabelecimento daquilo que se ensinará nas escolas. Para isso o livro didático deveria ser revisto e atualizado para registrar as variações e evoluções da língua. A este propósito convém citar o que disse Afrânio Coutinho (1999, p.333-6).

O que se impõe é a criação de uma filologia brasileira, entre cuja tarefa imediata esteja uma pesquisa larga no país para a coleta dessas formas, pesquisa tanto mais importante quanto não é fácil em um país de extensão continental e larga população [...] É claro que o caminho para a identificação da língua brasileira é procurar fazer o levantamento dos fatos de nossa linguagem entre as pessoas cultas, dentro do seu ambiente cultural, a fim de estabelecer a nossa norma culta. Antes disso qualquer trabalho será inócuo, ou então sujeitos aos cânones lusitanos, como atualmente ainda fazem os nossos professores e filólogos.

Outra sugestão é o professor incluir na sua prática, atividades que põem o aluno em maior contato com a língua: leitura, conversação, debates, produção de textos, etc. Pois, como os linguistas, acreditamos que se aprende a língua é na vivência: aprende-se a falar no contato com a fala, aprende-se a leitura e a escrita em contato com a língua escrita. Luft (2000, p. 100) propõe:

Um ensino libertador, a libertação pela palavra: grande objetivo das aulas de língua materna. Liberto e consciente de seus poderes de linguagem, o aluno terá como crescer, desenvolver o seu espírito crítico e expressar toda a sua criatividade. Pode se chegar ao domínio superior ou artístico do seu idioma mediante o conhecimento apenas intuitivo, pela vivência espontânea da linguagem, com muita leitura, muita exposição a bons textos e escrita.

O autor também questiona sobre quem ensinou gramática a Homero ou análise sintática a Camões? E nem por isso deixaram de ser grandes oradores e poetas. E mais à frente Luft (2000, p. 19) complementa:

A boa comunicação verbal nada tem a ver com a memorização de regras de linguagem nem com a disciplina escolar que trata dessas regras, e que geralmente em nossas escolas toma o lugar do que deveriam ser aulas de 'português': leitura, comentário, análise e interpretação de bons textos e tentativa constante de produzir, pessoalmente, textos bons enfim, vivência criativa com o idioma.

Uma boa maneira de se encontrar a língua padrão atual é trabalhar os textos de jornais em sala de aula. Os professores que optarem por esta sugestão com certeza ficarão mais satisfeitos com suas aulas e com o desenvolvimento de seus estudantes. Tanto Maria Alice Faria quanto Marcos Bagno mostram os benefícios em se trabalhar desta maneira, pois o estudantes além de ter um maior contato com a língua (ler, escrever, ouvir e falar) também ficarão mais informados compreendendo melhor a sociedade e o mundo a sua volta.

Maria Alice Faria (2002) propõe um trabalho conjunto entre professor e estudante que, juntos, escolheriam o material, fariam várias leituras críticas e apresentariam em forma de notícias, reportagens, entrevistas ou oralmente mesmo.

A este propósito convém citar o que disse Sírío Possenti (1994, p.79).

Haveria muitas vantagens no ensino do português se a escola tivesse como padrão ideal de língua a ser atingido pelos estudantes algo como a escrita dos jornais ou dos textos científicos ao invés de ter como modelo a literatura antiga.

São estes alguns caminhos apontados para algumas reflexões

em torno do ensino de Língua Portuguesa em nossas escolas. Para que estas sugestões ajudem a melhorar os métodos e práticas de ensino ou pelo menos levar-nos a optar por um ensino mais humano, que promova a cidadania e a autonomia de nossos educandos convém tirarmos o véu que nos impossibilita de contemplar as verdades que embasam nossas práticas pedagógicas.

Creemos que não só grandes revoluções são capazes de provocarem mudanças, mas que pequenos gestos como uma aula cuja prática seja mais significativa, textos criativos, músicas, teatros e etc. conduzem a uma mudança pequena, porém verdadeira.

Referências

BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália*. Novela sociolinguística. 12 ed. São Paulo. Contexto. 2003.

-----, *Português ou brasileiro*. Um convite à pesquisa. São Paulo. Contexto. 2005.

BECHARA, Evanildo. *Ensino de gramática: Opressão, Liberdade*. 9 ed. Ática. São Paulo. 1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental = língua portuguesa – Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. MEC-SEF. 1998.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil: relações e perspectivas*. 5 ed. São Paulo. Global. 1999.

FARIA, Maria Alice. *O jornal na sala de aula*. 12 ed. Contexto. São Paulo. 2002.

LUFT, Celso Pedro. *Língua e Liberdade*. 8 ed. Ática. São Paulo. 2000.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 3 ed. Martins Fontes. São Paulo. 1991.

MIRANDA, Regina Lúcia de. *A língua portuguesa no coração de uma nova escola*. Pales Athena. São Paulo. 1995.

PERINI, Mario A. *Sofrendo a Gramática*. Ática. São Paulo. 1997.

POSSENTI, Sirio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. 4 ed. Mercado de Letras. São Paulo. 1999.

----- . *Gramática e Política*. In. GERALDI, João Wanderlei (org.) O texto em sala de aula. 3 ed. Assoest. Cascavel. 1984.

SUASSUNA, Livia. *Ensino de Língua Portuguesa*. Uma abordagem pragmática. 6 ed. Papyrus. Campinas. 2003.

TRAVAGLIA. Luiz Carlos, *Gramática e Interação*. Uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. 8 ed. Cortez. São Paulo. 2002.

Data de recebimento: 01.10.2018

Data de aceite: 27.05.2019